



Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento Usina Termelétrica Carioba II, de responsabilidade da Intergen do Brasil, realizada em Paulínia.

Realizou-se, no dia 29 de maio de 2001, às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Paulínia, à Rua Carlos Pazeti, 290, na cidade de Paulínia, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA do empreendimento “Usina Termelétrica Carioba II”, de responsabilidade da Intergen do Brasil. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Germano Seara Filho, depois de declarar que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava as boas vindas a todos que haviam comparecido. Em seguida, compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais-CPRN, Sérgio Roberto, e o representante do Consema eleito entre os presentes, André Queiroz Guimarães, e fez as seguintes considerações: “Eu gostaria justamente de dizer aos senhores, levando em conta o clima exaltado e o alarido que se houve, o seguinte: audiência pública, mais precisamente, audiência vem do latim “audire”, que significa ouvir. Nós viemos aqui hoje para nos ouvir uns aos outros. Mas uma audiência pública não é um comício. E por que não é um comício, por mais importante que seja um comício? Porque aqui não apenas um partido terá direito à palavra, mas todos os partidos, todos os cidadãos, todos os segmentos da sociedade que quiserem fazer uso da palavra terão esse direito. A audiência pública também não é um plebiscito. É óbvio que as pessoas podem se manifestar a favor, podem se manifestar contra. Mas não é simplesmente o sim ou o não que nós estamos querendo aqui ouvir. Queremos ouvir dos senhores, sobretudo, críticas, se existem, opiniões, contribuições acerca da viabilidade ambiental ou não deste empreendimento. Portanto, aspectos técnicos, aspectos jurídicos que possam ser importantes para que os órgãos ambientais do Estado e para que, sobretudo, o Consema, que vai ser o órgão último a tomar a decisão se aprova ou não o empreendimento, possam fazer um juízo. Portanto, queremos, sim, o contraditório, queremos, sim, dar a todos a possibilidade de se expressar e declarar por qual motivo ou por qual outro talvez não se deva realizar o empreendimento, ou ouvir aquele outro que aqui chegue e diga, devemos fazer, sim, pois é pertinente por isso ou por aquilo. Que se aplauda. Que na hora que alguém falar a favor, aqueles que estiverem a favor aplaudam-no. Na hora que alguém que falar contra, e aqui existem segmentos, certamente existem, que também são contrários ao empreendimento, aplaudam-no aqueles que estiverem contra. Mas gritaria, não. Nós viemos aqui, como já disse, para nos ouvir. Não vai ser no grito, que vamos poder fazer um juízo sereno, democrático, pertinente, acerca dessa questão. A audiência existe para isso, para que aqui se falem para os senhores qual é o projeto que alguém está propondo para empreender nesta região, como é que ele está delineado, quais são seus aspectos técnicos, em que juridicamente ele se embasa, e, depois, queremos ouvir de todos quais as críticas que têm a respeito, as contribuições que têm a respeito, a opinião que exista a respeito”. Por fim, disse ainda o Secretário Executivo que, na democracia, todos estamos sujeitos a regras e, para a condução das audiências públicas, o Consema estabelecera pela Deliberação Consema 50/92 as normas que passaria a expor resumidamente. Feito isto, declarou que passaria à primeira etapa, quando eram feitas as exposições do empreendedor, da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA e dos representantes do Coletivo das Entidades Ambientalista Cadastradas no Consema. Miguel Saad, diretor técnico da CPFL Geração de Energia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

S.A., falando em nome do empreendedor, ofereceu as seguintes informações: que há algum tempo atrás assuntos como racionamento, escassez de energia e usinas termelétricas eram restritos às autoridades e aos órgãos técnicos do setor energético, mas que de um mês para cá passaram a fazer parte do cotidiano de toda população brasileira; que a CPFL era uma empresa com 88 anos de tradição na região, atuando em todo o Estado de São Paulo e que, atualmente, tentava dar uma resposta rápida e eficaz a essa ameaçadora crise energética, embora até pouco tempo atrás tivesse uma atuação restrita no setor de distribuição de energia elétrica, pois contava com apenas dezesseis pequenas centrais hidrelétricas e uma termelétrica a óleo, distribuindo energia para 234 Municípios, alcançando ao todo 8 milhões de pessoas; que, há um ano a CPFL, por orientação dos seus acionistas, criou a CPFL Geração de Energia, com o objetivo de atuar e investir fortemente na geração de energia elétrica, aumentando a potência das dezesseis pequenas centrais e investindo na implantação de novas usinas dentro e fora do Estado de São Paulo, com investimentos em torno de 1,3 bilhões de reais e acrescentando ao parque gerador da CPFL 1.200 MW; que, dentro do Estado de São Paulo, não havia mais potencial hidráulico para ser explorado, motivo por que a saída era a termelétrica limpa, com gás natural; que essa fora a razão da parceria que a CPFL Geração de Energia estabeleceu com empresas que tinham experiência, *knowhow* e disponibilidade, como era o caso da Intergen, que possuía mais de 12 mil MW de termelétrica a gás natural no mundo inteiro, principalmente nos Estados Unidos e na Europa; que a Termelétrica Carioba II era uma usina que possuiria os equipamentos mais modernos existentes, com 945 MW disponíveis para serem operados na base e que, para o Brasil, em particular para o Estado de São Paulo, um projeto assim significava garantia de manutenção e crescimento da atividade produtiva e, conseqüentemente, manutenção de empregos; que há mais de um ano se estava na região oferecendo esclarecimentos sobre essa usina, tendo organizado e coordenado mais de cinquenta palestras no Município, promovido debates, eventos, seminários e reuniões com todos os órgãos representativos da comunidade e das autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo, uma vez que a democracia pressupunha debate e respeito à opinião contrária; que, embora essa termelétrica fosse um empreendimento muito discutido, alguns setores ainda reagiam emocionalmente em relação a ela, o que levava a impedir ou a dificultar a compreensão sobre esse projeto, que, além do benefício de tornar disponível uma grande quantidade de energia num curto espaço de tempo, trazia benefícios ambientais, e que tinha obrigação de demonstrar esses fatos à exaustão; que a escolha do local para implantação desse empreendimento foi orientada por uma série de pré-requisitos técnicos e que o fato de se ter escolhida Americana não impedia que seus benefícios também se estendessem até Limeira, principalmente no que dizia respeito à disponibilidade de energia de geração firme, com confiabilidade e qualidade, e à preocupação com os aspectos sociais e com a preservação da qualidade do meio ambiente. Goret Pereira Paulo, da Intergen, também representando o empreendedor, teceu os seguintes comentários: que o principal objetivo dessa audiência era demonstrar que não haveria impactos ambientais para a cidade de Paulínia com a instalação da usina em Americana; que o projeto fora discutido amplamente com pesquisadores, estudiosos em meio ambiente, entidades voltadas à promoção do desenvolvimento social e econômico, líderes comunitários, políticos e a comunidade em geral; que a Intergen possuía atualmente dezessete termelétricas espalhadas por todo mundo, contando sempre com respeito das comunidades nas quais se instalaram, promovendo um processo transparente com elas; que neste caso se tratava de uma termelétrica a gás, que, com relação aos compostos de enxofre poluía seiscentas vezes menos que uma usina movida a óleo combustível e dispunha da tecnologia mais avançada no mundo, tanto no que se referia à eficiência da usina quanto à tecnologia para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

controle das emissões; que a concentração total de óxido de nitrogênio era quase a metade da estabelecida pelas normas brasileiras de qualidade do ar e que, em relação ao ozônio, seria irresponsável qualquer afirmação de que o acréscimo imediato de suas concentrações era decorrência da instalação de uma central termelétrica na região; que o reservatório de Americana armazenava 12 milhões de m³ de água e que os empreendedores teriam condições de regularizar a vazão do Rio Piracicaba no período de estiagem. Alderico Marchi, representante da RM Consultoria, responsável pela elaboração do EIA/RIMA, informou que apresentaria um vídeo mostrando os principais aspectos do empreendimento, os impactos que poderia causar e as mais significativas medidas estruturais compensatórias que seriam adotadas com a finalidade de minimizar esses possíveis impactos. Depois de apresentado o vídeo, este profissional ofereceu informações sobre os profissionais que elaboraram o EIA/RIMA, as análises feitas sobre a região em que seria implantado o empreendimento, o modo como seria suprida a demanda de água, seu processo de operação, as estratégias que seriam adotadas para equilibrar a vazão do Rio Piracicaba, as medidas que igualmente seriam adotadas para que as emissões não ultrapassassem os padrões estabelecidos para manutenção da qualidade do ar e todo o empenho que seria feito para que os benefícios de sua implantação não fossem contrabalançados por uma perda da qualidade de vida dos habitantes da região. Informou, ainda, que esses estudos estavam à disposição de todos os interessados, que as usinas termelétricas poderiam ajudar a superar a séria crise de geração que o País atravessava e observou que seria fundamental que a sociedade soubesse avaliar os prós e os contras de empreendimentos dessa dimensão de forma isenta e técnica, à luz dos fatos e da razão. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema. Osvaldo Sevá, um dos representantes, inicialmente informou que passaria a ler um documento, datado de 5 de julho de 2000, que já fora entregue ao Ministério Público de Paulínia, cujos termos eram os seguintes: “Senhor Promotor, Curador de Meio Ambiente de Paulínia. No caso do projeto da usina nomeada TPP-Termelétrica do Planalto Paulista, objeto do PP/IC 26/99, do qual tenho a honra de ser seu assistente técnico, relembro o parecer definitivo que enviei em dia 26 de março passado recomendando ações que visassem a interdição do licenciamento e que significassem uma espécie de moratória regional, suspendendo todos os licenciamentos de grande impacto ambiental da Bacia do Piracicaba. Ainda estamos em tempo de reverter os projetos anunciados de dimensões despropositadas e de localização completamente equivocada, nos piores focos de poluição da região. Pois bem, nos últimos meses, assistimos à avassaladora campanha propagandística do Governo Federal sobre o gás e as termelétricas, como também ao “lobby” persistente dos investidores e seus prepostos [incluindo-se infelizmente governantes e parlamentares eleitos em nossas cidades], enchendo de expectativas falsas e inverdades técnicas e ambientais as nossas mídias impressas e eletrônicas. Neste mesmo tempo, se intensificaram os procedimentos empresariais e funcionais para se concretizarem mais dois projetos similares, ambos com conseqüências diretas para esse trecho da Bacia do Piracicaba e da região ao norte de Campinas. O maior deles com 945 Mw previstos seria quase 50% maior do que o projeto da TPP, ao lado da Replan. Estimo que seriam queimadas mais de 100 toneladas de gás por hora, conforme o RAP já apresentado à Secretaria do Meio Ambiente, e captados até 400 litros por segundo no Rio Piracicaba e que se perderia, por evaporação nas torres de resfriamento, até 270 litros por segundo. Este é um projeto nomeado “Carioba II”, de iniciativa de empresas estrangeiras Shell e Intergen, com sociedade minoritária do grupo brasileiro CPFL (Bradesco, Votorantin, Camargo Correia). O local já escolhido, no Município de Americana, é uma gleba vizinha da velha usina térmica da CPFL”. Feita a leitura da carta, este manifestante teceu os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seguintes comentários: que a localização desse empreendimento mudou daquela época para cá cerca de 2 km para o oeste, para o vizinho de Santa Bárbara do Oeste, situado no mesmo trecho de Americana; que ele captaria água 20 Km abaixo do ponto onde Limeira captava e cerca de 60 Km abaixo do ponto onde a Sabesp captava ao longo do Rio Jaguari; que a Replan captava água no mesmo local onde a Sabesp inaugurou uma adutora para captação de água para Hortolândia no Rio Jaguari, que mudava de nome após a foz com o Atibaia, e passava a se chamar Rio Piracicaba; que um dos riscos específicos deste arranjo seria, num futuro hipotético, o operador da usina influenciar, através da CPFL, a sua sócia local na operação do reservatório da usina hidroelétrica de Salto Grande, garantindo para a usina a captação de água bruta do Rio Piracicaba alguns quilômetros abaixo da barragem; que esta represa abrangia diversos Municípios e as decisões operacionais seriam lógicas, do ponto de vista empresarial, favorecendo o usuário de água no rio abaixo, podendo prejudicar a qualidade geral do Reservatório do Rio Atibaia, que já era muito ruim, dificultando a diminuição das descargas de Paulínia e de Campinas, dificultando o trecho do Rio Atibaia, ameaçando ainda mais a captação da Sumaré ETA II; que a poluição do ar seria agravada em vários bairros próximos de Americana, Santa Bárbara do Oeste, Sumaré e Paulínia, sendo que as mais próximas seriam o Bairro Parque da Represa e, do lado oposto, os bairros que faziam divisa com Hortolândia, que distavam entre 18 a 25 Km do grande foco poluidor que era a usina, conforme a Rosa dos Ventos da ESALQ; que estes ventos afetariam estas áreas densamente povoadas e já poluídas por indústrias, por queimadas e pelo tráfego do noroeste e do oeste; que estes ventos atingiriam as cidades da região pelo menos trinta dias ao ano; que, por mais que houvesse resistência por parte da população, a verdade era que Paulínia e Americana estavam ligadas pelo mesmo ar e que isso deveria ser devidamente considerado; que deixava mais uma vez registrado que encaminhara correspondência ao Dr. Luís Fernando Rossetto e um ofício datado de 11 de julho de 2000 a Sérgio Pascoal Pereira, Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, nos seguintes termos: “Considerando as conseqüências do processo de implantação do Projeto Carioba II em Americana com possibilidades de impacto sobre Paulínia, agregando poluentes na atmosfera regional, venho respeitosamente, na forma da lei, dentro do prazo legal requisitar que seja determinada a realização, na cidade de Paulínia, de uma audiência pública preliminar sobre o RAP (Relatório Ambiental Preliminar) e os termos de referencia do EIA”; que este pedido já havia sido também feito, no ano passado, pelo Promotor Público de Paulínia, tendo sido negado pela SMA; que, para a população, era incompreensível a escolha do local para implantação desse empreendimento, diante dos modelos utilizados pelo Estudo de Impacto Ambiental que apontavam ser a região um dos locais de maior concentração de NOx; que questionava o fato de não ser realizada uma audiência pública em Santa Barbara do Oeste, uma vez que este Município seria diretamente afetada pela usina. Gilberto Martins, também representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu os seguintes comentários: que, como morador de Campinas, professor da Universidade Metodista de Piracicaba e pesquisador do NIMAIS-Núcleo Interdisciplinar Energia, Meio Ambiente e Sociedade, tentaria esclarecer alguns aspectos importantes quanto ao projeto; que o processo de licenciamento começou com a autorização da Aneel, passando, depois, para a Secretaria de Meio Ambiente, com a análise do RAP em fevereiro de 2000, e que foi, a partir desse documento, que a comunidade científica passou a ter acesso aos dados sobre esse empreendimento; que foi realizada uma Audiência Pública Preliminar na cidade de Americana em agosto do ano passado e que, a partir das discussões surgidas na ocasião, o DAIA elaborou o Termo de Referência do EIA/RIMA deste empreendimento em 14 de janeiro de 2001; que este Termo de Referência do DAIA incluía todas as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

solicitações e preocupações dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, que deveriam constar do EIA; que se estaria atualmente na fase de audiências públicas do EIA; que, depois da realização das audiências, seria emitido, com base no EIA/RIMA, um parecer técnico pelo DAIA, o qual seria futuramente apreciado pelo Consema com vistas a concessão ou não do licenciamento ambiental desse empreendimento; que, analisando detalhadamente o Termo de Referência do DAIA, notou que este órgão havia solicitado que alguns aspectos do empreendimento fossem analisados pelo EIA/RIMA, como as emissões de ozônio, NOx e hidrocarbonetos, o que demonstrava que a própria Secretaria do Meio Ambiente reconhecia a precária situação da qualidade do ar da região de Paulínia, mas que até agora nada fora apresentado, apesar de o empreendedor ter-se comprometido, e que, possivelmente, as audiências ofereceriam subsídios em relação a esse aspecto; que havia sido publicado recentemente no jornal “Correio Popular” uma matéria intitulada “Pólo de Paulínia está no limite”, com a qual havia contribuído o próprio gerente da regional da Cetesb de Campinas; que, embora o ozônio não fosse emitido diretamente pelas usinas termelétricas, ele se formava com a presença na atmosfera de NOx, hidrocarbonetos e luz solar, e que todos estes precursores eram emitidos por este tipo de empreendimento; que, em relação aos dados relativos às concentrações reais dos poluentes gasosos, eles sugeriam fossem realizados testes de desempenho e simulações, para garantir a confiabilidade dos dados apresentados; que durante a apresentação, os empreendedores não fizeram nenhuma menção à participação da Shell no empreendimento, o que era muito suspeito; que, ainda em relação ao ozônio, recordava que, no primeiro monitoramento realizado pelo empreendedor, o índice verificado fora de 152 microgramas por m³ quando o padrão era 160 por m³, o que era muito grave e exigia realmente fossem realizados estudos mais aprofundados; que, embora a área de influência direta do empreendimento já houvesse sido delimitada em 15 km, essa delimitação só poderia ter sido feita com base nos estudos de dispersão dos poluentes na atmosfera, pois se estes comprovassem que esta ultrapassava esses limites, essa área de influência direta deveria ser ampliada até o ponto em que as concentrações passassem a regredir, o que comprovaria que não havia mais influência; que era urgente, antes de ser instalado um novo empreendimento na região, se analisasse, com rigor, a qualidade do ar, pois alguns estudos demonstraram que somente as concentrações de NOx que seriam emitidas por esta nova usina chegaria a 60 microgramas por m³. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. João Andrade de Carvalho Júnior, representante do Comitê Assessor do Laboratório de Combustão do INPE, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, como pesquisador do laboratório associado de combustão e propulsão do INPE e professor da UNESP, havia verificado o ganho ambiental de Carioba II em relação à Carioba I no tocante a vários aspectos, principalmente no que dizia respeito às emissões das chaminés de ambas. José Luz Silveira, representante da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fez as observações: que a demanda de energia do País estava em torno de 69 GW e apenas São Paulo necessitava de 22 GW; que, em face da inexistência de recursos hidrelétricos em grande escala, havia a possibilidade de se investir em pequenas e micros centrais hidrelétricas; que, apesar de a energia renovável e a conservação de energia serem importantes, elas não eram suficientes para suprir as necessidades energéticas do Brasil; que apesar de o Brasil ser a oitava economia do mundo, ele era apenas o 82º em consumo *per capita* de energia elétrica; e que apoiava a construção de centrais termelétricas a gás natural, um recurso esgotável e de grande concentração energética, uma vez que emissão de uns poucos poluentes era pequena, pois o ozônio se formava pela emissão dos poluentes emitidos pelos veículos nos grandes centros urbanos. Pedro Magalhães, representante da Federação das Indústrias de Americana, fez, entre outros, os seguintes comentários:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que essa crise energética brasileira era fruto da incompetência administrativa do atual Governo; que era essencial o uso das termelétricas, preferencialmente em regiões de grande consumo, evitando-se, dessa forma, as linhas de transmissão e a conseqüente perda de energia; que o uso de sistemas alternativos de energia, em alguns casos, se tornava inviável econômica e tecnicamente; e que Carioba II criaria empregos na região e os manteria. Ubiratan Ribeiro Lima, representante da Agência Nacional para o Desenvolvimento e Ação Social de Santos, depois de informar que era um dos coordenadores do Movimento Termelétrica, composto por 79 entidades comunitárias sindicais e ambientais favoráveis aos empreendimentos termelétricos brasileiros, cujo panfleto solicita que a Mesa anexasse ao EIA/RIMA, declarou que se colocava à disposição dos empreendedores e do Ministério das Minas e Energias e teceu as seguintes considerações: que a usina termelétrica de Cubatão fora aprovada pelo DAIA, Cetesb, Ibama, DPRN e pelo Consema, em uma reunião tumultuada que durou dezesseis horas; que, apesar do alto nível de exigências da Cetesb e dos demais órgãos competentes, o projeto de Cubatão fora aprovado, o que provava sua lisura; e que, quando faltava energia elétrica, o parque industrial de Cubatão demorava vinte minutos para reequilibrar a combustão da queima do oxigênio com gás combustível, liberando uma fumaça preta poluente, e que com o gás natural isso não mais aconteceria. Chang H. Kiang, representante do Sindicato das Indústrias de Tecelagem de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara e Sumaré, fez os seguintes comentários: que o uso de barragens reguladoras ou reservatórios de circulação vinha sendo praticado há mais de 3 mil anos, principalmente em regiões áridas; que a Represa de Salto Grande, cujo volume era de 12 milhões/m³, era suficiente para suprir as necessidades da região do empreendimento durante quatro ou cinco meses, que era justamente o tempo que durava o período de seca, equivalendo a três vezes o volume que seria utilizado na usina; que, no tocante ao aumento da disponibilidade, o volume equivaleria aproximadamente àquele que seria consumido pela usina; que cidades como Nova Iorque e Cidade de México implantaram programas de aumento de disponibilidade com base na troca de vasos e na eliminação de pontos de vazamento, com ganhos de até 10%, ou seja, um volume de água suficiente para abastecer uma cidade como Campinas, o que comprovava que a proposta de redução de 10% do consumo era bastante razoável; que sugeria o uso potencial das águas subterrâneas como uma alternativa para suprir parte da demanda da usina que seria retirada diretamente do Rio Piracicaba; e que, através dos estudos que realizara pretendia demonstrar ser positivo o balanço hídrico do empreendimento. José Carlos Mierzwa, representante do Centro Internacional de Referência em Reúso da Água da Escola Politécnica da USP, teceu os seguintes comentários: que o reúso da água era algo muito antigo, uma vez que a água que se consumia era a mesma de milhões de anos atrás; que a primeira referência feita ao reúso da água ocorreu no Comitê Social e Econômico das Nações Unidas em 1958; que fizera uma análise sobre a qualidade do efluente tratado pela ETE de Americana com as técnicas de tratamento propostas pela UGE de Carioba II e chegou à conclusão de que seria possível obter-se água com a qualidade necessária para as aplicações previstas, o que garantiria a sustentabilidade e a viabilidade do reúso, e que esta estratégia poderia ser seguida por outras empresas da região, reservando-se, com isso, os recursos de melhor qualidade para fins mais nobres. Miguel Edgar Morales Udaeta, representante do CIESP–Centro das Indústrias de São Paulo de Americana, comentou que a ótica ambiental se interrelacionava com as óticas industrial, comercial e residencial; que havia tentado realizar, juntamente com mais dezesseis Municípios, um planejamento integrado do uso dos recursos hídricos, mas que não obtivera êxito; e que o monitoramento de SO_x ou NO_x era fundamental para o bom funcionamento do empreendimento. Delza Lopes Mello, representante da Sociedade de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Melhoramentos Jardim Nova República de Cubatão, expressou seu apoio ao empreendimento e comentou que a poluição da usina termelétrica era incipiente e se aproximava daquela causada pelos veículos que diariamente circulavam pelas ruas. Rogério dos Santos, representante da Associação Comunitária Vila dos Pescadores de Cubatão, expressou seu apoio ao empreendimento e disse que ele era muito importante não só para o Município de Paulínia como para o Brasil devido à crise energética e que acompanharia a implantação de todos os empreendimentos desta natureza no Estado de São Paulo. Rubenildo Vieira Andrade, representante do Núcleo de Estudos em Sistema Técnico, fez os seguintes comentários: que viera à audiência com o intuito de fornecer subsídios técnicos para as discussões acerca do EIA/RIMA de Carioba II; que o NEST atuava há três anos na área de geração termelétrica e cogeração, desenvolvendo projetos com a ANEEL e CEMIG e que estava coordenando a elaboração do livro “Geração Termoelétrica–Planejamento, Projeto e Operação” a ser publicado pela ANEEL; que o EIA/RIMA apresentado, embora parecesse um documento sério e profissional, poderia ser melhorado; que o parecer que havia elaborado analisava aspectos como a adequação do projeto à legislação nacional no que dizia respeito aos principais parâmetros ambientais adotados mundialmente, o impacto na saúde pública, a adequação da alternativa locacional, a adequação das medidas mitigadoras e compensatórias propostas, a avaliação da tecnologia empregada para a geração termelétrica e a contextualização do empreendimento no conceito mundial de geração de energia num formato sustentável; que existiam três tipos de usinas termelétricas e que era injusto colocar o projeto em discussão no mesmo patamar de usinas como a termelétrica para resíduos ultraviscosos ou de uma central nuclear como Angra I ou II; que a usina Carioba II disporia de tecnologia mais avançada no contexto da geração de energia, tanto no que se referia à eficiência da usina como ao relacionamento com a tecnologia de controle de emissões a ser implantada, podendo, portanto, 59% da energia contida no gás natural ser convertida em eletricidade; que, no mundo todo, observava-se uma tendência para a implantação de centrais termelétricas a gás natural em ciclo combinado, pois ele permitia a redução do impacto sobre o meio ambiente através da substituição dos combustíveis fósseis; e que, embora qualquer empreendimento provocasse impactos ou danos ambientais, aqueles causados por usinas como Carioba II seriam mais brandos em virtude das medidas mitigadoras e compensatórias que seriam adotadas. José Rafael de Barros, representante da Caelbas de Cubatão, expressou seu apoio ao empreendimento e a todos os projetos semelhantes a esse que seriam implantados no Brasil e comentou que, embora a maioria da população de Cubatão tivesse se manifestado favorável à implantação de um empreendimento semelhante a este que estava em discussão, uma minoria não respeitara a democracia e acionara a Promotoria Pública, sem levar em conta que todos necessitavam de energia elétrica; e que a ideologia pura não poderia fundamentar o veto ou o apoio a qualquer empreendimento. Jorge Luiz Bezerra, representante da Sociedade de Melhoramentos da Vila dos Pescadores, comentou que a empresa Cosipa, de Cubatão, possuía uma usina termelétrica movida a óleo que produzia toda a energia de que necessitava, fato que lhe permitiu receber o certificado ISO 14001. Fernando Amado, representante da Associação Comercial e Industrial de Americana, comentou que havia morado durante quatro anos perto de Carioba I e não sofrera qualquer efeito colateral e que a usina Carioba II era a que mais se adequava à realidade local. José Santos Silva Júnior, representante da Associação de Defesa de Direitos dos Usuários de Serviços Públicos, fez os seguintes comentários: que depreendeu da exposição dos ambientalistas uma tentativa de confundir o público presente, ao se referirem a exigências técnicas feitas por um promotor que não mais atuava na cidade, e que um deles apenas conjecturara, não se baseando em dados sólidos como fizera o empreendedor; que Países como Noruega e Dinamarca, conhecidos pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seu engajamento ecológico, possuíam centrais termelétricas de propriedade da Intergen, o que poderia ser confirmado via internet; e que, embora tivesse combatido, tempos atrás, a proposta de construção de uma usina atômica no litoral, apoiava esse projeto, uma vez que ele se apresentava como única opção viável, já que as fontes alternativas de energia se mostravam economicamente inviáveis para as pessoas de baixa renda. Janete Vila Nova, representante da Associação dos Motoristas Profissionais de Americana, expressou seu apoio ao projeto e comentou que era necessário sempre buscar subsídios para a discussão do projeto, e não apenas criticá-lo; que, a exemplo de Paulínia, que contava com excelentes serviços públicos, o mesmo deveria acontecer com Americana; e que estava sempre em busca de dados técnicos para que pudesse convencer as pessoas dos benefícios que os empreendimentos trouxeram para Paulínia. José Levi Pereira Montebelo, representante da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, observou que o planeta Terra possuía 6 bilhões de habitantes, três vezes mais do que o suportável para uma vida equilibrada; que nenhuma tecnologia de geração de energia oferecia risco zero para a população, e que ser contrário a algum projeto apenas por querer não era a melhor forma de ajudar o País a sair da atual crise. Eduardo Coienca, representante do Centro de Defesa Ecológica, teceu as seguintes considerações: que a usina de Carioba I poluía o ar, emitia enxofre, causava chuva ácida e, recentemente, poluía o Rio Piracicaba com o vazamento de óleo combustível, ocorrência esta filmada e fotografada, e que por estes motivos declarava seu posicionamento contrário ao empreendimento Carioba II, pois, diferentemente do que estava sendo alardeado, ele não geraria emprego e os estudos feitos a seu respeito não asseguravam a inexistência de riscos para a saúde e a impossibilidade de ocorrerem chuvas ácidas, falta de água ou de energia na região, e que, além de tudo isso, a energia que ele produziria poderia ser comprada de outras centrais do País, não sendo necessário, portanto, sacrificar-se ainda mais a única fonte de água da região, que era o Rio Piracicaba; que era impossível altear-se, o mínimo que fosse, o nível da represa, já que isso provocaria inundação, e que, igualmente, não poderia ocorrer nenhum vazamento de gás, já que este, por ser inodoro, poderia provocar a morte de pessoas e de animais; que, por ser a Intergen uma empresa norte-americana, grande parte do lucro iria para os Estados Unidos e nenhum investimento seria feito no Brasil, e que, apesar de todos almejarem o conforto que o progresso trazia, este não poderia ser obtido por meio da degradação ambiental. Jonas Santa Rosa, representante do Grupo de Defesa Ecológica, disse que, a exemplo de Limeira, mostraria imagens da região aos presentes. Rodrigo Luchiarri, representante da Associação dos Moradores Cruzeiro do Sul de Santa Bárbara do Oeste, declarou que o cálculo do ICMS apresentado pelo empreendedor era irreal e fora elaborado com má fé e que Americana era um Município densamente habitado e com escassez de recursos hídricos, não se constituindo, desta forma, no melhor local para a instalação do empreendimento, ao contrário da região Noroeste do Estado, farta em recursos hídricos, com amplas áreas e distante dos centros populacionais e da região por onde passava o gasoduto; e que o meio ambiente era algo tão importante hoje no mundo que os EUA, por não assinarem o Protocolo de Kyoto, perderam sua cadeira de Direitos Humanos na ONU. Paulo Bachin, representante da Associação Pró-Ambiente de Santa Bárbara do Oeste, teceu as seguintes considerações: que, sem maiores explicações, a capacidade de geração do empreendimento sofrera várias alterações durante o processo, pois informou-se, inicialmente, que ele produziria 700 MW/h e, num segundo momento, que geraria 940, constando, finalmente, do EIA/RIMA, que ele produziria 1200 MW/h; que, coincidentemente ou não, todas as pessoas presentes que não eram vinculados a órgãos do Governo eram contrárias à instalação desse empreendimento; que os empreendedores não citaram em nenhum momento durante



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a apresentação o nome da empresa Shell, autora de um grande desastre na região; que havia sido negado a Santa Bárbara do Oeste o direito de fazer uma audiência pública, apesar de se pretender instalar o empreendimento a 3 km da divisa com esse Município; que muitas pessoas que lá estavam e eram favoráveis ao empreendimento não tinham consciência técnica daquilo que estavam apoiando e que esse projeto não resolveria a crise de energia do País. José Roberto Basso, representante da Associação de Moradores da Zona Oeste de Santa Bárbara do Oeste, comentou que, apesar de existir um grupo favorável e outro contrário à instalação do projeto, era necessário ambos chegarem a um consenso, uma vez que todos viviam na mesma região, e que os brasileiros precisavam incentivar novas tecnologias de geração de energia, como a eólica, por exemplo, apesar de seu processo de produção levar anos para ser concluído. Zuma dos Santos, representante da Associação Teto e Chão da Baixada Santista, expressou seu apoio ao projeto dada a importância do empreendimento para a geração de empregos na região. Amauri Ferraz de Jesus, representante da Associação de Defesa dos Direitos da Cidadania da Fazenda da Juta, teceu os seguintes comentários: que as pessoas leigas deveriam formar sua opinião a partir das opiniões dos técnicos envolvidos, mas, como estes não se posicionavam do mesmo modo em relação a esse empreendimento, o parâmetro que orientou o ponto de vista das pessoas em relação a ele foi a iminência da crise de energia. Adenilson Gonçalves, representante do Jardim Residencial Granja Machado, expressou seu apoio ao empreendimento e comentou ser ele a solução a curto prazo para o problema energético brasileiro e que as pessoas leigas deveriam buscar informações com técnicos e cientistas para embasarem suas opiniões em relação a ele. Thiago Ricelli, representante da Juventude do PT, fez os seguintes comentários: que o Rio Piracicaba corria o risco de secar devido à poluição causada por diversas cidades por onde ele passava; que o problema principal não era a falta de energia, mas, sim, de água e de um programa de acompanhamento que deveria ter sido implantado pelo Governo Federal; que a implantação das termelétricas era uma boa idéia, mas não naquela região, que já não suportava mais a poluição; que se percebia que os empreendedores vinham mudando suas táticas a cada audiência sobre Carioba II para conseguir o apoio de todas as cidades; que toda a sociedade deveria participar da discussão porque o assunto era sobre o meio ambiente e sobre a vida de todos; que a população nunca participara de nada e que este fora um dos motivos pelos quais as bacias haviam sido poluídas; que o governo deveria rever seus planos energéticos e estudar formas alternativas de geração de energia, como a solar; que parte da culpa da crise da energia também recaía sobre a população, porque era ela que elegia os governantes e não acompanhava os trabalhos realizados por eles nem cobrava sua promessas de campanha; e que pedia aos empreendedores que os direitos das pessoas fossem respeitados e os procedimentos da obra muito bem esclarecidos. Gumerindo Ferraz, representante da Associação de Moradores do Parque Liberdade de Americana, fez as seguintes declarações: que, respondendo aos senhores Eduardo Coienca e Paulo Bachin, declarava que as pessoas que compareceram a essa audiência o fizeram por vontade própria, por serem honestas e por acreditarem que o projeto seria bom para a cidade de Americana; que as imagens exibidas pelo Grupo de Defesa Ecológica mostravam Americana como um lugar péssimo para se viver, quando, na verdade, ela era a segunda cidade do Estado de São Paulo em qualidade de vida; e que a Associação do Parque da Liberdade trabalhava para o bem da comunidade, e não para atender a interesses de políticos preocupados com as eleições do próximo ano. Alenar Laércio dos Santos, representante da Associação dos Aposentados da Fundação CESP, manifestou-se nos seguintes termos: que iniciara sua carreira como engenheiro elétrico em 1957 e, à época, ajudara na construção de três termelétricas, Votuporanga, Flórida Paulista e Juquiá; que essas usinas eram movidas a óleo e nunca



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

apresentaram riscos para a saúde de nenhum ser vivo; que os especialistas nesta área tinham conhecimento da crise energética desde 1980; que naquele momento estava-se julgando Carioba II, mas, em pouco tempo, mais termelétricas teriam de ser construídas devido à falta de condições dos rios de suportarem a construção de novas hidrelétricas; que não adiantava ficar discutindo essa usina, porque ela deveria entrar em operação para que fosse solucionada a crise energética; e que pedia que todos refletissem sobre o assunto, porque a construção de novas fontes geradoras de energia era essencial e inevitável. Luiz Carlos Navarrete, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da OAB, fez as seguintes considerações: que a avaliação da usina tinha de considerar não só os aspectos ambientais mas também os aspectos econômicos, políticos, sociais e legais, pois qualquer análise que se fizesse sem considerar todos eles poderia acarretar conseqüências no futuro; que há alguns anos participara de uma grande discussão sobre a concessão da Anhangüera e da Bandeirantes, envolvendo técnicos em meio ambiente, engenheiros e advogados, tendo-se chegado à conclusão de que se tratava de um projeto altamente viciado por não mostrar os reais impactos que ele causaria ao meio ambiente, e que se tentara, àquela altura, discutir aquele processo com o governo estadual, mas que o valor de 7 bilhões impossibilitou essa discussão; que a região onde se localizavam as cidades de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara, Sumaré e Hortolândia estava enfrentando problemas ambientais muito graves, como aqueles gerados pela Shell em Paulínia, que decorrem do fato de o processo de instalação das indústrias e das empresas não ter levado em conta as questões ambientais; que as pessoas que hoje discutiam apenas a questão da energia poderiam daqui a dez anos estar preocupadas com doenças como o câncer provocadas pela contaminação da água, do solo e do ar, e que, pelo fato de não ter havido, em Cubatão, oportunidade para se discutirem os efeitos nocivos que as usinas que lá se implantaram poderiam acarretar, essa cidade enfrentava atualmente inúmeros problemas sem que sua população ou a cidade houvessem enriquecido. Cláudio Froner, Presidente do Partido Verde do Município de Americana, fez as seguintes colocações: que, por muito tempo, não formara uma opinião a respeito dessa termelétrica, mas que seu partido, já há sete anos, concluía que as termelétricas de modo geral cabiam perfeitamente na matriz energética brasileira desde que o combustível por elas utilizado fosse o gás natural; que possuía dúvidas sobre os ruídos que elas provocariam e sobre o uso que fariam da água e que ficou surpreso quando os empreendedores demonstraram que bastaria altear-se o nível da represa em 1 metro para se equacionar a vazão da água; que, por este e por outros motivos, achava que Americana devia posicionar-se favoravelmente ao empreendimento, uma vez que o impacto ambiental que ele produziria seria perfeitamente assimilado pelo Município de Americana, além de considerar que o descaso do Governo Fernando Henrique com o setor energético não constituía motivo suficiente para um posicionamento contrário à construção de uma usina, pois o que importava era o futuro da cidade e da região, que eram altamente carentes de energia elétrica; que não podia se dizer não ao desenvolvimento, e que não estava falando por paixão ou interesse, mas porque pensara no assunto durante sete meses depois de ouvir os dois lados. José Antônio Barbosa, representante da Associação de Defesa dos Desempregados de Cubatão, fez os seguintes comentários: que há vinte anos Cubatão era conhecida como “O Vale da Morte”, mas que atualmente este título não mais lhe cabia, embora o problema de desemprego não houvesse sido solucionado com o crescimento da cidade, ainda que acreditasse que ele seria minimizado com a construção da termelétrica, pois ela geraria muitos empregos, o que igualmente aconteceria em Americana; que estava ali por convicção e em defesa do trabalhador, e não porque tivesse recebido vinte reais, como fora afirmado. Márcia Corrêa, representante da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies, expôs os seguintes pontos de vista: que, devido ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tumulto ocorrido nas duas audiências anteriores, a sociedade civil não tivera espaço para discutir os problemas da região, como a localização de Carioba II; que propunha fosse adotado um critério mais rígido na inscrição das entidades, com o objetivo de se evitarem os absurdos que estava constatando, e que as audiências tivessem uma duração menor e o conteúdo das discussões se referisse estritamente à viabilidade ambiental do empreendimento que estava sendo discutido; que repetia mais uma vez que Carioba II evaporaria água suficiente para abastecer 100 mil pessoas e que, embora os empreendedores dissessem que não havia outra alternativa senão a utilização do gás, reiterava que elas existiam; que lembrava a todos que atualmente o gás estava disponível porque era comprado em dólar no exterior e trazido por um caríssimo gasoduto; que a análise do ar deveria ser feita pela Cetesb, que vinha primando pela incompetência, e ter sido esta a razão do desastre que acabou de acontecer em Paulínia, motivo por que não se podia confiar nos órgãos governamentais; que o empreendedor dissera que sempre tratava as coisas com respeito, ética e transparência, mas não admitia como ético o procedimento de se aliciar a população de Cubatão para que defendesse, em uma região que sequer conhecia, a implantação de uma usina termelétrica; que tinha em mãos uma manifestação da Associação Paulinense de Proteção Ambiental dizendo que a audiência pública não fora suficientemente divulgada, sendo este um dos motivos do pequeno comparecimento dos moradores de Paulínia, e que até mesmo essa associação não se inscrevera devido ao excessivo número de entidades da sociedade civil de Cubatão que se inscreveram; que o funcionamento da termelétrica previa captação de água do Rio Piracicaba e este apresentava um volume muito menor durante a estiagem; que questionava, em primeiro lugar, como a Usina Carioba II operaria se o Sistema Cantareira não fosse modificado; em segundo lugar, quais as medidas tomadas se vier a faltar gás natural; em terceiro lugar, quais os impactos decorrentes de uma parada repentina no funcionamento da usina e, por último, quais as medidas previstas para quantificar, valorar, compensar e amenizar os impactos provocados pela emissão de gás e o lançamento de efluentes líquidos. Professor Élcio, representante do Partido Socialista Brasileiro, fez os seguintes comentários: que várias vezes durante a audiência fora dito que não importava quem era o culpado pela crise energética, mas ele discordava frontalmente desse posicionamento e achava que se tinha de encontrar o causador da crise; que a falta de energia se devia ao fato de o Governo Federal ter desviado, para a Sudam e a Sudene e para pagar a falência de alguns bancos, o dinheiro a ser aplicado em energia; que era muito fácil se fazer uma discussão e aprovar o que existia, aplaudindo a atuação de políticos corruptos; que Carioba II era o projeto de um governo que não tinha respeito pelo Brasil e se vendera ao capital estrangeiro, uma vez que todos os participantes do consórcio da usina não eram brasileiros; e que perguntava por que o governo, embora não tivesse dinheiro para financiar pequenas indústrias, fornecia verbas às multinacionais para construir treze termelétricas. Anderson Rodrigo de Marco, representante da União Paulista dos Estudantes Secundaristas de Piracicaba, teceu as seguintes considerações: que, como a água utilizada na região resultava do tratamento do esgoto não sabia como se daria o reúso proposto pelo projeto; que, apesar de o ar da cidade estar saturado, o Governo Federal impunha que se agravasse mais ainda a sua qualidade; que sua entidade era totalmente contrária à implantação de Carioba II e que convidava a todos para uma assembléia a ser realizada em Piracicaba, na segunda-feira seguinte, às 19:00, onde se poderia debater o assunto com maior liberdade. Thiago dos Santos, representante do Movimento de Defesa da Ética e Cidadania, expressou as seguintes opiniões: que repudiava a forma como os empreendedores vinham agindo, tentando colocar uma cidade contra a outra para conseguir a aprovação dessa usina; que se assustara quando ouvira o depoimento do presidente do PV de Americana, contrariando os ideais do partido;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que lembrava às pessoas de Cubatão que se achava embargada a termelétrica que se pretendia instalar naquele Município, o que provava que ela não era tão boa como faziam crer; que convidava todos para o debate em Piracicaba, onde não iria ter nenhum *show* e nem brigas; que ele pensava na saúde das gerações futuras e por isso torcia para que a termelétrica não fosse instalada em Americana, pois ela poderia provocar câncer e chuva ácida; que a presença dos moradores do Recanto dos Pássaros seria importante para que todos tomassem conhecimento dos problemas que a Shell era capaz de causar; que o Governo Federal começara a se preocupar com a crise energética de repente e queria impor a construção das termelétricas; e que a falta de energia era obviamente ruim, mas que em primeiro lugar devia valorizar-se a vida. Wagner de Barros, representante da União dos Secundaristas de Piracicaba, teceu os seguintes comentários: que o apagão era uma questão nacional e que a construção de apenas uma termelétrica não resolveria o problema energético que se enfrentava; que sua entidade elaborara um projeto para informar os estudantes de Piracicaba sobre a usina e a maior parte deles sabia exatamente o que era esse projeto e por isso, unanimemente, diziam não a essa usina e estavam dispostos a lutar até o fim contra a sua implantação. Maurício Lovadini, representante da Juventude Socialista, expressou sua repulsa com a atitude dos partidários do empreendedor por tê-lo agredido no corredor. Osmar Gonçalo Périco, representante da Associação dos Moradores do Jardim da Paz/ Parque da Liberdade de Americana, expressou-se nos seguintes termos: que negava veementemente a acusação de que sua entidade tinha sido comprada e manipulada pelo empreendedor, porque ela não serviria de trampolim político para ninguém; que sua associação era formada por pessoas pobres, mas não por burros, e que, por ter analisado o RAP desse empreendimento, consultado técnicos e avaliado os impactos, acreditava, com base neles, que ele traria benefícios para o Município de Americana, razão por que era favorável à sua instalação, e que, se os empreendedores não cumprissem os acordos, seria o primeiro a lutar pelo seu fechamento. Hiroshi Paulo Yoshizane, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira, fez as seguintes declarações: que era crítica a situação pela qual o Brasil estava passando e o que estava por vir poderia torná-la ainda pior; que era necessário refletir sobre o fato de essa usina vir a ser uma fonte geradora e fixadora de empresas nessa região e, com base nisso, apoiar a implantação de Carioba II; que o País precisava crescer de forma racional e controlada, pensando também no meio ambiente; que a tecnologia disponível era eficaz para controlar a vazão do Rio Piracicaba como também para contornar alguns impactos trazidos pelo empreendimento; que, sem essas medidas, a falta de energia elétrica poderia fazer o País regredir e por isso era favorável à instalação da termelétrica. Rosa Ramos, representante da OAB- Seção São Paulo, expôs os seguintes argumentos: que o fornecimento de energia elétrica, através da geração e cogeração com uso de turbinas a gás, vinha-se propagando cada vez mais no mundo, notadamente nos Países desenvolvidos, embora elas contribuíssem significativamente para o aumento das emissões de gases como hidrocarbonetos, razão por que se fazia necessário se reanalisarem as conseqüências produzidas por esses poluentes para a saúde humana; que a água era outra preocupação, mas que, até o momento, não havia sustentação para a tese de que esse empreendimento provocaria impacto no Rio Piracicaba; que o empreendedor deveria manifestar-se mais precisamente sobre o projeto de captação e devolução de água do rio e que cabia ao Poder Público o dever legal de examinar o projeto e verificar se as normas de emissão seriam ou não respeitadas, pois lhe cabia proteger o meio ambiente por ser ele essencial para a saúde pública, razão por que não era livre para deferir qualquer lançamento no meio ambiente; que o requerente da autorização, fosse empresa pública ou privada, cometeria crime de falsidade ideológica caso informasse falsamente à Administração Pública acerca das emissões, pois o interesse privado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

deveria subordinar-se ao interesse público; que a Administração Pública, segundo o princípio constitucional e a Lei 6938/91, deveria analisar o pedido de autorização no sentido de se evitar que os impactos ambientais alcançassem maior amplitude e era nessa perspectiva que a Resolução Conama 237/97 arrolava os fundamentos da suspensão ou do cancelamento da licença expedida nos casos de violação desses princípios ou da omissão ou falsa descrição dos aspectos relevantes; que não se poderia deixar ao livre arbítrio dos responsáveis pela usina o cumprimento das normas ambientais; que, com o intuito de que as gerações presentes e futuras contassem com os recursos ambientais indispensáveis a sua sobrevivência, haviam sido concebidos novos mecanismos de controle ambiental, os quais passaram a ser amparados pelas legislações; que a conservação do meio ambiente no mundo merecia a estruturação de organismos administrativos ágeis e capazes de promover a integração das ações entre o Poder Público e a sociedade civil e era visando esse objetivo que sua entidade denunciava efetivas ou iminentes violações ao meio ambiente e tomava todas as providências cabíveis para impedir tais situações; que a OAB não mantinha com órgãos governamentais da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico e poderia, ao constatar que as manifestações técnicas do empreendimento careciam de veracidade, ingressar em juízo exigindo a adoção de medidas que garantissem fosse respeitada a ordem jurídica em vigor. Sílvia Regina Barros, representante da Associação Menino Tambô, fez as seguintes declarações: que representava uma entidade da periferia da cidade de Americana e não vinha falar da questão financeira, mas, sim, da parte social do problema, uma vez que a periferia era quem mais sofria com as crises que o País atravessava, sobretudo a crise do setor empregatício; que pretendia que sua cidade fosse conhecida pela boa qualidade de vida de que dispunha, e não pelas falsas imagens mostradas no filme dos ambientalistas; que Carioba II seria muito bem-vinda, não por aumentar diretamente o número de empregos, mas, sim, por atrair novas empresas para a região. José Moreira, representante da Sociedade Amigos do Jardim Europa de Santa Bárbara do Oeste, teceu os seguintes comentários: que vinha da região oeste de Santa Bárbara, portanto, do lado onde se pretendia instalar a usina de Carioba II, e que aproveitava essa oportunidade para tornar público seu protesto contrário à Secretaria do Meio Ambiente por não ter atendido à solicitação de que fosse realizada uma audiência nessa cidade, a qual se fazia necessária porque, caso a usina viesse a ser instalada, essa cidade seria a mais prejudicada de toda a micro-região; que repudiava a posição desrespeitosa dos empreendedores no tratamento dado à comunidade, porque os verdadeiros interessados ou não na construção da usina eram os moradores de Americana, de Santa Bárbara e de Nova Odessa, e não os da Baixada Santista, que compareceram à audiência patrocinados pela empresa; que era abusar da inteligência de todos dizer que das quatro chaminés de 5,49 m de diâmetro da usina iria ser expelido oxigênio; que num dos quadros apresentados pelo empreendedor se dizia que Americana não seria tão prejudicada com os poluentes, porque a tendência dos ventos era levá-los para o lado de Santa Bárbara; que todos podiam protestar, mas era o poder econômico quem sempre falava mais alto do que qualquer cidadão, pois este não possuía 600 milhões de reais para comprar toda a imprensa da região; que defendia o papel dos conselhos e solicitava ao Consema que se baseasse em dados reais, e não naqueles veiculados pela propaganda, e analisasse não só as questões técnicas expostas pelos empreendedores, mas também o que a comunidade dizia, dado que seria ela a mais afetada pela obra; que o principal problema enfrentado pela região era a falta de recursos hídricos, pois, caso a usina fosse instalada, sua situação se tornaria ainda pior; que solicitava que cada um pensasse nessa situação porque o empreendedor não estava interessado no bem da comunidade, mas, sim, no lucro que obteria vendendo a energia produzida; que aquele era um projeto patrocinado pelo Governo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Fernando Henrique, que estava usando a questão do apagão para aprovar a termelétrica; que o consumo de energia em Santa Bárbara diminuía porque antes se tinha mais de duzentas empresas na cidade e, no momento, apenas cento e trinta; e que a história da falta de energia era uma desculpa para ocultar a corrupção do Congresso Nacional e fazer com que as termelétricas financiadas com dinheiro público fossem aprovadas. João Luiz Pegoraro, representante do Grupo de Estudos Ecológico de Campinas, fez as seguintes declarações: que via dois empreendimentos no projeto apresentado, a usina e a regularização da vazão do Rio Piracicaba com a utilização da água da represa, aspecto este que lhe parecia muito complexo a ponto de nenhum técnico do grupo empreendedor, que não tivesse feito um estudo aprofundado a esse respeito, ter condições de avaliar claramente os impactos que poderiam ser ocasionados por ambos; que a utilização da represa, além de poluir, causaria um impacto significativo sobre a fauna na região onde se localizava sua parte alta; que não havia estudos aprofundados sobre o alcance do nível da água e que, por isso, sugeria se desmembrasse o empreendimento em dois e fossem pedidas as análises necessárias, pois, caso estas não viessem a ser feitas, teria lugar um embate jurídico; que segundo estudo realizado, em 1993, por Marcelo Pita Coelho, 19% do volume total da represa já haviam sido perdidos por assoreamento, e que trabalhos recentes, mas até agora não-publicados, apontavam ter aumentado muito o índice de assoreamento, o que era visível a olho nu; que se estava assistindo a dois fenômenos distintos na represa, a intensificação do uso da água ao longo da bacia e no Rio Piracicaba e a perda da capacidade da represa de armazená-la, e que se esperava que a implantação desse empreendimento regularizasse durante cinco meses, e não o ano inteiro, o nível da represa, que, juntamente com a usina Carioba I, operava há cinquenta anos; que, não se tratando de um empreendimento público, mas, sim, particular, este projeto poderia ser abandonado quando deixasse de gerar benefícios econômicos. Augusto César Gandolfo, representante da OAB-Seção Campinas, fez as seguintes assertivas: que, a respeito da água, sua entidade observara no volume 1 do EIA que, por insuficiência de dados, seria impossível fazer projeções; que do EIA não constava o documento que concedia licença para uso da água do Rio Piracicaba, o que era muito grave, embora o empreendedor tenha afirmado que 0,23% da água desse rio seria utilizada no resfriamento da torre de geração de energia, e isto não estava legalmente justificado, razão por que pedia ao DAIA que observasse esse aspecto, uma vez que se fazia necessária a outorga do poder concedente, ou seja, do Estado ou da União, pois, caso contrário, esse empreendimento estaria fadado ao fracasso; que o biólogo João Luiz Pegoraro estava certo ao afirmar que existiam dois empreendimentos em debate, a usina e a captação da água do rio, motivo por que solicitava ao Secretário Executivo do Consema que fossem interrompidos os trabalhos dessa audiência pública até que o proponente oferecesse os esclarecimentos necessários; que se estava indexando ao dólar o valor final da energia, o que ia de encontro da legislação, porque a moeda corrente no País era o real; que devia ficar bem claro que o gás a ser utilizado em Carioba II vinha da Bolívia e era de propriedade da Shell e que apenas o duto pertencia à Petrobrás e era cotado em dólar. João Delavechia, representante da Associação dos Moradores Planalto do Sol de Americana, fez os seguintes comentários: que, de acordo com o bom senso, pelo porte da usina, essa região era adequada para a localização de Carioba II e era possível adequar a cogeração em qualquer situação, em lugar de outros métodos que possibilitavam um aproveitamento térmico de apenas 58% e permitiam que fossem cobradas tarifas mais altas; que causava estupefação a afirmação de que era inviável a cogeração, pois bastava se adequarem os fluxos térmicos e elétricos das turbinas; que sobraria para Americana quatro chaminés de 5,5m de diâmetro e 40 metros, que emitiriam 150 milhões de m³ de gás por dia; que o Governo Federal era responsável pela crise energética; que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

CPFL e a Secretaria do Meio Ambiente de Americana tinham prometido despoluir a represa em quinze dias, o que era impossível uma vez que a Cetesb não havia dado autorização, e que, apesar de as obras terem-se iniciado só para mostrar ao povo que já se estava trabalhando, a Cetesb determinou o embargo; e que ouvira de um diretor da Prefeitura de Americana que a usina teria de ser instalada porque já havia um comprometimento com o empreendedor. Romeu Leite, representante da Associação de Amigos do Camanducaia, do Município de Jaguariúna, manifestou-se nos seguintes termos: que se preocupava com a implantação desse projeto, apesar de sua cidade localizar-se acima do trajeto do rio; que, apesar dos esclarecimentos oferecidos, algumas dúvidas suas persistiam e que uma delas dizia respeito à água, especificamente sobre o aumento do volume do Rio Piracicaba, como fora afirmado pelo empreendedor, pois não entendia de onde viria a água que permitiria esse aumento, uma vez que a usina evaporaria um grande volume para resfriar as turbinas; que a represa, de onde provavelmente viria parte dessa água, estava comprometida com processos erosivos e assoreamento; que a construção da usina era uma forma encontrada para se usar o gasoduto, e a energia gerada por Carioba II só atrairia mais empresas poluentes para uma região que já estava saturada; que o maior problema do empreendimento era a localização escolhida, pois se ele fosse implantado em outra área causaria menos problemas; que a Shell espalhava lixo por todo o Estado e não se tomava nenhuma providência em relação a esse comportamento; que se cobravam muitas alternativas daqueles que eram contrários à implantação desse empreendimento, mas essas alternativas deveriam ser cobradas das empresas que tinham 650 milhões de dólares para investir, e não de quem trabalhava sem recursos do governo; que se acusavam as fontes alternativas de geração de energia de serem caras, mas não se levava em conta os custos na construção de usinas, gasodutos etc, além do custo ecológico; que o gás natural era um recurso esgotável, e só pessoas com mentalidade estreita aceitavam a tese de que ele deveria ser usado indiscriminadamente, aspecto este que deveria ser analisado não só sob a ótica ambiental, mas também do ponto de vista ético, que era anterior e mais importante. Marcelo Vieira, representante do Proesp do Município de Campinas, fez os seguintes comentários: que era absurdo se confundir a população mais humilde com uma série de informações contraditórias e era lamentável que ela fosse manipulada, como bem demonstrava a presença de tantas entidades de Cubatão trazidas pelo empreendedor, que só contribuíram para desgastar e tumultuar a audiência, pois, uma vez que os impactos seriam provocados no Município de Paulínia, quem deveria discuti-lo era a população dessa região, e não moradores da Baixada Santista; que o apagão outra coisa não era senão a falta de gerenciamento dos órgãos responsáveis e que as medidas repressivas que estavam sendo prescritas eram uma forma de coagir a população, pois não se poderia cortar o fornecimento de alguém que pagava sua conta em dia; que deveria discutir-se seriamente o perfil energético do Brasil, que era um País com enorme potencial; que a indústria era a maior consumidora de energia do País e, conseqüentemente, quem mais se prejudicaria com essas medidas seria a população, que acabava financiando a energia das empresas; que os empresários eram os maiores interessados na instalação de Carioba II, que não levavam em conta a região, isto é, se ela estava ou não saturada, se possuía ou não água suficiente e quais seriam os impactos que sofreria futuramente; e que teria de ser feita uma discussão muito mais ampla para se saber se essa região comportaria o aumento de seu parque industrial. Luciano Izidio da Silva, representante do Grupo Jovem de Piracicaba, defendeu que os brasileiros deveriam honrar a nação e não permitir a construção de um monstro de tecnologia estrangeira como Carioba II. Geraldo Batista, representante do Lions Clube Americana-Ação, fez as seguintes colocações: que sua honra fora ofendida pela truculência de uma empresa que não respeitava os direitos dos cidadãos; que essa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empresa levantara 650 milhões de dólares com os bancos e com o governo brasileiro para implantar um monstro em Americana; que não era contrário às termelétricas, porque sabia que sua instalação era inevitável, mas era contrário, sim, à ganância de uma empresa que queria implantá-la numa região saturada, como a de Paulínia; que os empreendedores sabiam que a água que captariam não era do Rio Piracicaba, mas, sim, do esgoto tratado pago pela população de Americana, o que constituía uma questão muito grave para ser discutida em apenas meia hora; que, se aquele empreendimento fosse analisado à luz da legislação, seria vetado, tantas eram as irregularidades que possuía e que não era admissível descredenciar professores e especialistas que trabalhavam de graça para defender a comunidade; que aqueles que apoiavam o empreendimento eram pessoas interessadas apenas no aumento do lucro imediato, sem preocupação com as futuras gerações. Paulo Trevisan, representante do Recanto dos Pássaros, expôs os seguintes argumentos: que o discurso que todos ouviam naquele momento era o mesmo que ele e os moradores de sua região tinham ouvido em 1970, só que fora proferido, naquela oportunidade, pelos responsáveis pela Shell; que não desejava que acontecesse em Americana o que acontecera em Paulínia e cabia à população se mobilizar contra o empreendimento; que em 1970 a Shell os enganara com o mesmo discurso que falava em modernidade e em criação de empregos, pois o que realmente ela pretendia era produzir algo que era proibido na Holanda, e que isso fez sua comunidade sofrer com a incidência de câncer; que o dinheiro da empresa conseguira até silenciar a Cetesb, convencendo-a de que se poderia jogar o que se quisesse no rio; e que a sociedade de americana deveria mobilizar-se contrariamente à implantação desse empreendimento para não sofrer no futuro o que as pessoas de sua comunidade estavam sofrendo naquele momento. Passou-se à etapa em que as pessoas manifestam-se em nome próprio. Pablo Carajol declarou seu posicionamento contrário à implantação do empreendimento. Vanessa Pupo fez as seguintes declarações: que no começo da audiência fora apresentado um vídeo que mostrava ter o Rio Piracicaba condições de comportar uma termelétrica como a de Carioba II, mas que ela, como hidróloga, sabia que isso não era verdade; e que o prefeito de Santa Bárbara d'Oeste, que era do PV, precisaria ter um pouco de piedade e respeito para com os moradores daquela cidade, não hipotecando seu apoio à usina. Luiz Henrique Werneck fez as seguintes colocações: que era representante da Bechtol do Brasil e, em nome dessa empresa, garantia que tudo seria feito para se cumprirem as exigências do EIA/RIMA caso o empreendimento fosse aprovado; que a Bechtol tinha 103 anos no mercado e não faria nenhuma bobagem que comprometesse sua reputação; que sentia nas audiências a falta do posicionamento das pessoas que falavam em nome próprio, que deveriam manifestar-se, pois a audiência era uma oportunidade de debate em busca de uma vida melhor; que entendia as críticas feitas à Carioba II, mas sabia que a maioria delas não tinha fundamento; e que não tinha nada a temer e nem a esconder sobre sua pessoa ou sobre a empresa que representava. Elisiário Junqueira Penteado manifestou-se nos seguintes termos: que cansara de ouvir idiotices, mas agüentara até o final da audiência para dar sua opinião; que morava em Paulínia há 18 anos e, em 1996, lera a respeito de uma termelétrica que deveria ser instalada nessa cidade; que a esse respeito haviam ocorrido muitos debates inconclusos e o que se tinha atualmente era a situação que Paulínia não tinha energia suficiente, que isso era culpa dos “eco-safados”. Artur Albuquerque fez as seguintes assertivas: que saía daquela audiência perplexo com a apresentação enganosa dos empreendedores e envergonhado por ver o Brasil repetir os mesmos erros da época do “milagre econômico” dos militares; que parecia que se voltara a viver uma ditadura, quando tudo era imposto à população; que se antes se vivia a euforia das petroquímicas, das usinas atômicas, agora, era a vez das termelétricas; e que era necessário se reanalisar os projetos para que as coisas não tornassem a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dar errado. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Consema. O conselheiro André Queirós Guimarães fez as seguintes declarações: que dividiria sua exposição em duas partes, a primeira seria uma repetição do que já fora dito por muitas pessoas naquela audiência, mas que não podia deixar de ressaltar; que se observava na vida real o que se costumava ver em filmes, o poder monetário suplantando o direito à vida; que os empreendedores estavam usando uma tática de mentiras e absurdos para aprovar a usina; que questionava o fato de Goret Pereira Paulo ter-se apresentado a ele como representante da Shell do Brasil e, naquela audiência, ter-se colocado como representante da Intergen; que questionava se a Intergen era subsidiária da Shell, ou vice-versa; que vinha analisando o projeto das termelétricas paulistas desde o RAP, os termos de referência e os planos de trabalho; que sua entidade tinha solicitado a primeira audiência pública do plano de trabalho da termelétrica de Bom Jardim e ouviu, naquela oportunidade, professores que se diziam vinculados à Unesp e que falavam em nome da Intergen dizerem que o óxido de nitrogênio, NOx, em contato com gotículas de água e com vapor, se precipitava em chuva ácida; que as pessoas vindas de Cubatão estavam reclamando do Ministério Público e dos ambientalistas e se esqueciam que eram eles que haviam promovido as principais ações civis públicas para resolver o problema do “Vale da Morte”; que em nosso País havia três poderes independentes que deviam ser respeitados, aos quais todos os cidadãos deveriam recorrer quando se achassem prejudicados; que, à época da discussão sobre o gasoduto Brasil-Bolívia, a idéia era utilizar aquela matriz energética para o parque industrial; que os ambientalistas já vinham há anos alertando para a falta de uma política séria sobre a energia e o que se via agora era o risco dos “apagões”; que questionava a inexistência de um Conselho Estadual de Energia e propunha sua criação; que pedia esclarecimentos sobre quem pagaria a diferença entre o dólar e o real do gás comprado da Bolívia e qual seria o custo de cada MW para as residências, as indústrias e o comércio; que também pedia fosse apresentada a estatística feita pelo Indec sobre o problema social do custo da energia para as classes menos privilegiadas; que o apagão já chegara às periferias e nenhuma proposta de solução foi apresentada pelas empresas concessionárias ou pelos governos estadual e federal; que diversas usinas hidrelétricas, além de já terem causado significativos impactos ao meio ambiente e à economia do País, não estavam funcionando com sua capacidade máxima; que diversos projetos de usinas termelétricas, cuja implantação era dada como certa há dois anos, já tinham sido arquivados e parecia que o de Carioba II seria o próximo; e que concordava com a proposta de que o empreendimento deveria ser dividido em dois. Passou-se à etapa final em que os representantes do empreendedor, da equipe que elaborou o EIA/RIMA e do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastrados no Consema oferecem os esclarecimentos solicitados e fazem comentários gerais. Goret Pereira Paulo, representante do empreendedor, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que era funcionária da Intergen, empresa que liderava o consórcio do empreendimento e que, embora muitos tivessem se pronunciado com base nos fatos e na realidade, havia um grupo que recorrera a inverdades e a ofensas pessoais, prática esta inaceitável; que concederia seu tempo ao consultor jurídico do projeto, Eugênio Montoro, que fora tantas vezes citado e atacado. Eugênio Montoro, consultor jurídico dos empreendedores, pronunciou-se nos seguintes termos: que participara em 1983 da criação do Consema, que fora criado para ser um canal de comunicação entre comunidade, governo e empreendedores; que utilizaria seu tempo para rebater as críticas feitas ao seu trabalho como advogado; que o advogado sempre trabalhava em favor de outrem, e a OAB protegia aqueles que, no exercício de sua profissão, procuravam interpretar e fazer cumprir a lei; que ele fora visto com sete vereadores de Americana, mas se pudesse teria conversado com todos os dezenove, por serem estes os legítimos representantes do povo de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Americana; que fora convidado à Câmara Municipal de Americana e lá fora indagado sobre a incidência do ICMS na conta de energia elétrica, tendo esclarecido que seria feita a cobrança do imposto e que este recurso viria para o Município; que alguns jornais de Americana haviam feito sensacionalismo ao noticiar que não seria cobrado ICMS do empreendimento e que Americana não ficaria com nenhum centavo; que o tratamento tributário das contas de energia tinha um diferencial, mas, como a empresa estaria construindo a usina em Americana e lá teria sua sede, seriam fixados critérios para o rateio da cota do ICMS de acordo com a participação de cada Município envolvido; que a parte que cabia ao Município de Americana seria definida pela Secretaria Estadual da Fazenda, pois esse cálculo envolvia variáveis macro-econômicas que levavam em conta, fundamentalmente, o movimento econômico realizado no Município; que a Constituição de 1988 fora alterada para preservar a equitativa distribuição dos recursos do ICMS para os Municípios, sendo admitido o indicador que for aceito por todos os estudiosos; que eram esses os fatos e que ficava assim comprovada a farsa que se tentava armar para enganar a opinião pública sobre a distribuição do ICMS; que a tarefa do empreendedor era mostrar que não haveria impacto ambiental e era isso que estava procurando fazer; que haveria um aumento na receita e que o cálculo feito pelos vereadores não levava em conta as empresas que se instalariam em Americana em decorrência da usina; que Carioba II levaria para Americana uma receita de impostos entre 200 e 300 milhões de reais; que, com essas informações, procurava responder aos questionamentos feitos pelo Consema, pelos jornalistas que lhe haviam indagado e por aqueles que tinham permanecido na audiência até aquele horário; que o objetivo dessa audiência era discutir o EIA/RIMA do empreendimento, e não julgar a competência e a capacidade de um profissional; que a sociedade tinha o direito de ser informada e participar da discussão sobre os empreendimentos que estavam sendo discutidos pelo Poder Público, como era a função das audiências públicas, e que a vontade da maioria deveria ser respeitada. Alderico Marchi, representante da equipe que elaborou o EIA/RIMA, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, em face de um questionamento feito anteriormente, os estudos sobre ozônio e o teste do desempenho das turbinas não foram colocados no EIA/RIMA por ainda não estarem concluídos à época da publicação desse estudo; que o estudo sobre o ozônio não apontou para qualquer aumento desse gás nessa região, pois os níveis detectados estavam abaixo dos que são permitidos nos Países cujos controles são os mais rígidos do mundo; que os estudos de dispersão foram feitos com modelos que abrangem até 30 km de raio, os quais atestaram que a área de maior impacto se situava em torno de 7,5 km, podendo as pessoas que aí residissem serem prejudicadas pelas emissões; que os parâmetros utilizados eram os mesmos utilizados pela Cetesb; que a operação do Reservatório de Salto Grande permaneceria entre a máxima e a mínima e a água vazaria pela turbina nos períodos de esvaziamento entre as cotas máxima e mínima; que as análises sobre a qualidade do ar não levavam em conta somente os últimos quatro meses, mas, sim, o período compreendido desde janeiro de 2000; que os estudos previam que, no ano de 2003, não seria mais necessário utilizar a água do Rio Piracicaba, já que a demanda seria suprida pela ETE de Americana; que, caso não houvesse outro combustível além do gás natural, a usina paralisaria, o que ocasionaria falta de energia; que a taxa de evaporação seria de 1609 m³/h e seria reservada uma certa quantia na época de chuvas para posterior uso na época da seca; que a direção dos ventos era predominantemente noroeste, ou seja, em direção aos Municípios de Limeira e de Santa Bárbara d'Oeste; que a porcentagem de assoreamento seria de 9%, e não 19% como mencionado, e que a outorga não era necessária quando se captava e se usava efluentes. Gilberto Martins, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu os seguintes comentários: que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não entendia o motivo da pressa em se editar um EIA/RIMA se importantes estudos ainda estavam por ser concluídos; que não era contrário ao empreendimento, embora questionasse suas dimensões, sua localização, a tecnologia e a quantidade de água que seria utilizada; que cabia à comunidade científica, e não à comunidade, discutir alternativas energéticas; que um levantamento feito na região indicara um potencial de cogeração para as grandes empresas ali localizadas num raio de 5 km. André Queiroz Guimarães, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu os seguintes comentários: que, numa audiência pública de um sócio da CPFL, o Bradesco, o representante da Unicamp no Consema, Professor Mohamed Habib, ficou pasmo com o procedimento do empreendedor em relação aos consultores e que esse mesmo comportamento condenado pelo conselheiro fora adotado durante essa audiência, pois Rubenildo Vieira, vinculado ao Núcleo de Estudo de Sistemas Técnicos da Universidade Federal de Itajubá, foi pago pela Intergen para se manifestar em relação a esse empreendimento, utilizando-se do nome da universidade à qual era vinculado, e que pedia ao Secretário Executivo do Consema que esse fato seja relatado aos conselheiros do Conselho Estadual do Meio Ambiente; que um trecho de um livro de autoria do Professor Aziz Ab'Saber referia-se às discussões públicas sobre EIAs/RIMAs, argumentando sobre a grande importância da previsão de impacto para os Países do Terceiro Mundo, em primeiro lugar porque a sociedade poderia adquirir a capacidade de antever a organização espacial do seu território; em segundo lugar porque essa discussão contribuiria para constituir grupos esclarecidos e avaliar a força de pressão que eles possuíam para garantir previamente um razoável quadro de qualidade ambiental e um ordenamento territorial; e em terceiro e último lugar porque era um bom teste para avaliar a potencialidade da legislação disponível assim como a sua aplicabilidade a casos concretos, pois, segundo esse professor a previsão de impactos significava aplicar uma vacina contra os resultados de um uso incorreto de tecnologias, ou seja, uma espécie de antídoto para os desvarios do capitalismo selvagem, por meio do qual se evita radicalismo ao mesmo tempo em que se exige correção na construção do futuro; que esse momento era uma boa oportunidade para se pensar sobre essas possibilidades, e não apenas “tratorar”, ao trazer torcidas organizadas na tentativa de se convencer a sociedade civil organizada e o Poder Público local e regional sobre a necessidade de o Município de Americana autorizar o uso do seu esgoto, passando-se, assim, por cima do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; que esse empreendimento não tinha autorização prévia, não tinha a outorga necessária e quem concedia esse direito eram os comitês de bacia da região; que o RAP apresentado era insuficiente e os estudos não demonstravam os verdadeiros impactos e sua extensão na região. O Secretário Executivo do Consema, depois de dizer que tudo o que havia sido dito estava registrado e constaria da ata dessa audiência, a qual integraria o processo, fez os seguintes esclarecimentos: que lamentava os ataques pessoais que algumas pessoas haviam desferido contra outras, demonstrando a necessidade de se aperfeiçoar o aprendizado necessário ao exercício da cidadania; que as audiências públicas eram realizadas nos Municípios onde as obras seriam implantadas e que, se os impactos da obra extrapolassem os limites de um Município, a audiência poderia ser realizada no local em que os impactos se verificassem com maior significância ou ser transferida para a Capital do Estado, o que já se experimentara no passado mas não era muito conveniente por obrigar as pessoas a se deslocarem até S. Paulo; que Santa Bárbara d'Oeste ficara de fora por localizar-se imediatamente ao lado de Americana, o que possibilitava o acesso fácil dos moradores daquela cidade à audiência que seria realizada naquela cidade; e que, em face do desejo expresso por muitos de se reverem os critérios que permitiam a inscrição dos representantes da sociedade civil, informava que já havia um grupo de trabalho interno no Consema



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que se debruçava especialmente sobre esse assunto, e que, no momento oportuno, uma nova proposta de regulamentação das Audiências Públicas seria levada ao Plenário para ser apreciada. E, depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, agradeceu, em nome do Secretário do Meio Ambiente, Deputado Ricardo Tripoli, a presença de todos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF-ARP-MKA-JDO